

COMO A TEORIA DE CONCILIAÇÃO DE METAS DESCREVE E EXPLICA UM PEDIDO DE INFORMAÇÃO

HOW GOAL-CONCILIATION THEORY DESCRIBES AND EXPLAINS A REQUEST FOR INFORMATION

Fábio José Rauen*

UNISUL

RESUMO: Neste artigo, apresentamos como a teoria de conciliação de metas descreve e explica um pedido de informação. A teoria de conciliação de metas de Rauen assume a perspectiva proativa do falante e concebe pedidos de informação enquanto ações antecedentes em direção à heteroconciliação de metas práticas de nível mais alto. Nesse contexto, o plano de ação intencional do falante inclui a mobilização colaborativa de um ouvinte capaz de fornecer informações relevantes para essa consecução. A descrição, que também mobiliza a teoria da relevância de Sperber e Wilson, inclui a emergência contextualizada da meta e a emergência, a execução e a checagem contextualizada das hipóteses abduativas antefactuais pertinentes que constituem os planos de ação intencional dos interagentes.

PALAVRAS-CHAVE: Pragmática cognitiva. Teoria de conciliação de metas. Teoria da relevância.

ABSTRACT: In this paper, we present how goal-conciliation theory describes and explains a request for information. Rauen's goal-conciliation theory takes a speaker's proactive perspective and considers requests for information as antecedent actions toward the hetero-conciliation of higher-level practical goals. In this context, the speaker's intentional action plan includes the shared mobilization of a hearer she thinks can provide relevant information for this achievement. The description, also mobilizing Sperber and Wilson's relevance theory, includes the contextualized emergence of the goal; and the contextualized emergence, execution, and checking of the pertinent antefactual abductive hypotheses constituting interactants' intentional action plans.

KEYWORDS: Cognitive pragmatics. Goal-conciliation theory. Relevance theory.

*Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). E-mail: fabio.rauen@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1096-7253>

Introdução

Neste artigo¹, mobilizando simultaneamente a teoria da relevância de Sperber e Wilson (1986, 1995), apresentamos como a teoria de conciliação de metas de Rauén (2014) descreve e explica pedidos e respectivos fornecimentos de informação. Para dar conta dessa demanda, tomaremos como ilustração o caso de Cláudia, uma estudante que deseja matricular-se no próximo semestre do curso de Letras, mas ainda não sabe qual foi a sua média de Literatura. Em função disso, ela pergunta “Qual foi minha média?”, e seu professor José lhe responde “8”.

Cláudia: Qual foi minha média?”

José: “8”.

O que nos move aqui, de uma perspectiva cognitiva que considera a proatividade dos interagentes, é analisar a ação colaborativa. A teoria de conciliação de metas, fundamentada nas noções cognitiva e comunicativa de relevância de Sperber e Wilson (1986, 1995), mas assumindo uma perspectiva proativa centrada no falante, concebe pedidos de informação enquanto ações antecedentes em direção à heteroconciliação de metas práticas de nível mais alto que os justificam (daí seu caráter intencional). Posto isso, nossa hipótese é a de que o pedido de informação em pauta pode ser descrito e explicado em termos da mobilização de uma hipótese abduativa antifactual habilitadora em direção à consecução de uma meta heteroconciliável.

A arquitetura descritivo-explanatória da teoria (ver figura 1) fornece uma modelação em quatro estágios – os três primeiros abduativos, os três últimos dedutivos – compreendendo a projeção de uma meta Q [1], e a formulação [2], a execução [3] e a checagem [4] de pelo menos uma hipótese abduativa antifactual ótima PQ que conecta uma ação antecedente plausível P em direção à consecução desse estado consequente projetado Q .

Figura 1: Arquitetura da teoria de conciliação de metas. (RAUEN, 2018, p. 14).

Abdução	[1]		Q
	Dedução	[2]	P
		[3]	P
	[4]		Q'

Decorre dessa arquitetura um conjunto de noções teóricas. Em primeiro lugar, considera-se que há *conciliação de metas*² quando o estado Q' obtido satisfaz a meta Q projetada e que há *inconciliação de metas* quando o estado Q' obtido não satisfaz a meta Q projetada.³ Dado que a execução da ação antecedente é opcional, é possível simultaneamente conceber (in)conciliações ativas e passivas (ver figura 2)⁴.

¹ Esboço desse texto foi submetido aos Anais do XXXV Encontro Nacional da Anpoll realizado de 9 a 11 de dezembro de 2020.

² O termo conciliação está sendo tomado aqui num sentido mais próprio àquele usado em contabilidade em situações como conciliação de extrato, conciliação bancária ou conciliação de balanços.

³ A representação Q' indica que o estado de consecução de uma determinada meta qualquer sempre é, em alguma medida, diferente do estado de projeção Q dessa meta.

⁴ Na figura 2, o símbolo lógico \neg representa tanto a inexecução da ação antecedente P como a não consecução do estado consequente Q' .

Figura 2: Possibilidades de consecução de metas. (RAUEN, 2014, p. 604)

Estágios	(1a) Conciliação Ativa	(1b) Inconciliação Ativa	(1c) Conciliação Passiva	(1d) Inconciliação Passiva
[1]	Q	Q	Q	Q
[2]	P Q	P Q	P Q	P Q
[3]	P	P	¬P	¬P
[4]	Q'	¬Q'	Q'	¬Q'

Em segundo lugar, conforme a confiança que o agente deposita na eficácia da ação antecedente P para a consecução do estado consequente Q , consideram-se de hipóteses abduativas antifactuais categóricas a tautológicas, passando, minimamente, por hipóteses bicondicionais, condicionais e habilitadoras (ver figura 3). Entre essas possibilidades, estímulos comunicacionais são concebidos em teoria de conciliação de metas como ações habilitadoras. Trata-se de formulações $P \leftarrow Q$ em que ação antecedente P é necessária, mas não é suficiente para atingir o estado consequente Q .

Figura 3: Possibilidades de consecução de planos de ação intencional. (RAUEN, 2018, p. 16, adaptado)

Tipos de Conciliação	Ação Antecedente	Estado Consequente	Hipótese Categórica	Hipótese Bicondicional	Hipótese Condicional	Hipótese Habilitadora	Hipótese Tautológica
	p	Q	$P \leftrightarrow Q$	$P \leftrightarrow Q$	$P \leftrightarrow Q$	$P \leftarrow Q$	$P - Q$
Conciliação Ativa	+	+	+	+	+	+	+
Inconciliação Ativa	+	-	-	-	-	+	+
Conciliação Passiva	-	+	-	-	+	-	+
Inconciliação Passiva	-	-	-	+	+	+	+

Em terceiro lugar, visto que conciliações de metas podem ocorrer individual ou colaborativamente, consideram-se auto e heteroconciliações. Assim, um pedido de informação implica mobilizar uma ação antecedente heteroconciliável com a qual o falante acredita ser capaz de habilitar a consecução de sua meta mediante a colaboração de outro indivíduo.

Em quarto lugar, e justamente em função da ascendência da meta sobre a mobilização de uma ação antecedente habilitadora heteroconciliável, assume-se que uma troca comunicacional mobiliza três camadas de intenções: pelo menos uma *intenção prática* superordenando uma intenção informativa, uma *intenção informativa* superordenando uma intenção comunicativa e uma *intenção comunicativa* superordenando a ação comunicacional propriamente dita (cf. Rauen (2020)).

Assim, certa intenção prática superordena uma intenção informacional de tornar manifesto ou mais manifesto um conjunto de informações $\{I\}$ (cf. Sperber e Wilson (1986, 1995)). Essa intenção informacional, por sua vez, superordena uma intenção comunicativa de, mediante estímulos ostensivos, tornar mutuamente manifesto ou mais manifesto para ambos, falante e ouvinte, que o falante torna manifesto esse conjunto de informações $\{I\}$. Finalmente,

consistente com essa intenção prática que superordena essa cadeia de intenções, o falante produz um estímulo ostensivo aberto que torna mutuamente manifesto ou mais manifesto para ambos, falante e ouvinte, que ele torna manifesto esse conjunto de informações {I}, o estímulo comunicacional em si.

Em síntese, argumentamos que o plano de ação intencional de Cláudia deve incluir o engajamento colaborativo de José, seu professor, quem ela julga ser capaz de fornecer a média de Literatura. Para ver como isso pode ser descrito e explicado em termos mais próprios à noção de conciliação de metas, observaremos como ocorre a emergência do plano de ação intencional de Cláudia, passando pelos efeitos da ação de Cláudia na emergência do plano de ação intencional de José, pelos efeitos da reação de José na consecução do plano de ação intencional de Cláudia e, fechando o circuito, pelos prováveis efeitos da reação de Cláudia no plano de ação intencional de José. Como veremos, a análise inclui a emergência contextualizada das metas e a emergência, a execução e a checagem contextualizadas das hipóteses abduativas antifactuais pertinentes que constituem os planos de ação intencional dos interagentes.

Plano de ação intencional de Cláudia

Para descrever e explicar o pedido de informação e a respectiva resposta, nosso primeiro passo é analisar o contexto inicial de Cláudia como deflagrador de seu plano de ação intencional de solicitar a média na disciplina de literatura.

Para dar conta dessa demanda, vamos proceder da seguinte forma. Em primeiro lugar, apoiando-nos na teoria da relevância de Sperber e Wilson (1986, 1995), descreveremos o processamento cognitivo em termos de sucessivas *suposições factuais* S_{1-n} , algumas delas tratadas como *premissas implicadas*, quando funcionam como insumos para uma inferência dedutiva em determinado contexto, algumas delas tratadas como *conclusões implicadas*, quando funcionam como produto de uma inferência dedutiva em determinado contexto. A novidade metodológica aqui é o tratamento da emergência e da utilização de hipóteses abduativas antifactuais como premissas e conclusões implicadas nas inferências dedutivas. Como veremos, é essa operação que viabiliza mobilizá-las em ambas as arquiteturas descritivo-explanatórias.

Conforme descrevemos o caso na introdução deste artigo, sabemos que Cláudia pretende matricular-se no próximo semestre do curso de Letras S_1 . Em função disso, nós trataremos essa premissa implicada do contexto como a meta Q de nível mais alto que superordenará todas as suas ações, ressaltando que, qualquer que seja a definição dessa meta de nível mais alto, ela é em alguma medida arbitrária. Assim, reconhecemos que determinar a meta que encabeça a análise, assim como a quantidade de passos inferenciais a serem descritos e explicados, são decisões discricionárias, dado que o fluxo da vida consiste de encadeamentos dinâmicos e complexos de metas e submetas relevantes (no sentido técnico desenvolvido por Sperber e Wilson (1986, 1995), a ser visto mais adiante).

S_1 – Cláudia pretende matricular-se no próximo semestre do curso de Letras (premissa implicada do contexto \equiv *emergência da meta Q*)⁵;

Além disso, é razoável conjecturar que Cláudia está mobilizando nesse contexto inicial um conjunto de suposições factuais, tais como S_{2-6} a seguir, que dê conta, entre outras suposições, que estar aprovada em Literatura é condição para matricular-se, que ela não sabe se está ou não aprovada nessa disciplina, que a média de aprovação é 7, que seu professor de Literatura é José e que José provavelmente sabe essa média⁶.

S_1 – Cláudia pretende matricular-se no semestre seguinte (premissa implicada do contexto \equiv *emergência da meta Q*);

S_2 – Estar aprovada em Literatura é condição para Cláudia matricular-se no semestre seguinte (premissa implicada do contexto);

S_3 – Cláudia não sabe se está aprovada em Literatura (premissa implicada do contexto/problema);

S_4 – A média de aprovação em Literatura deve ser igual ou maior que 7 pontos (premissa implicada da memória enciclopédica);

S_5 – José é o professor de Literatura de Cláudia (premissa implicada do contexto);

S_6 – José provavelmente sabe a média de Literatura de Cláudia (premissa implicada do contexto);

Nossa hipótese aqui é que esse conjunto de suposições S_{2-6} funciona como premissas implicadas para elaborar uma hipótese abdutiva antifactual habilitadora prática heteroconciliável S_7 , segundo a qual se Cláudia obtiver de José a sua média em Literatura, ela provavelmente poderá matricular-se no próximo semestre do curso de Letras.

S_7 – Se Cláudia obtiver de José a média de Cláudia em Literatura, então Cláudia provavelmente poderá matricular-se no próximo semestre do curso de Letras (conclusão implicada por *modus ponens conjuntivo* $S_1-S_6 \rightarrow (S_7 \leftarrow S_1)$ ⁷ \equiv abdução de hipótese antifactual habilitadora).

Observe-se que a emergência dessa hipótese abdutiva antifactual habilitadora prática heteroconciliável ($S_7 \leftarrow S_1$) foi tratada na descrição $S_1-S_6 \rightarrow (S_7 \leftarrow S_1)$ como uma conclusão implicada. Em outras palavras, é porque Cláudia deseja matricular-se no próximo semestre do curso de Letras num contexto inicial tal que ela não sabe a média que obteve em Literatura, que ela abduz como ação antecedente a submeta de obter a média nessa disciplina de seu professor.

⁵ Propomos o símbolo \equiv para representar conversões de descrições em termos de cadeias de suposições em descrições em termos de planos de ação intencional.

⁶ A listagem de suposições sempre pode ser outra. Todavia, argumentamos que, dadas as nossas restrições de processamento cognitivo, elas devem gravitar ao modo de um gráfico de dispersão em torno de questões relevantes semelhantes àquelas listadas nas suposições S_{2-6} , de tal sorte que é possível conjecturar suposições mais e menos prováveis de serem levadas em consideração em um dado contexto.

⁷ A formulação $S_1-S_6 \rightarrow (S_7 \leftarrow S_1)$ deve ser lida da seguinte forma: O conjunto de suposições S_1-S_6 implica por *modus ponens conjuntivo* a emergência de uma hipótese abdutiva antifactual habilitadora segundo a qual para atingir a suposição S_1 é necessário, mas não suficiente \leftarrow executar a suposição S_7 .

Em termos da teoria de conciliação de metas, esses são justamente os dois primeiros estágios do plano de ação intencional de Cláudia – projeção de meta e abdução de hipótese – que passam a governar a ação colaborativa em pauta.

Uma versão simplificada desse plano pode ser vista na figura 3 a seguir.

Figura 4: Primeira versão do plano de ação intencional de Cláudia I. (Elaboração própria)

[1]		Q – Matricular-se no próximo semestre, Cláudia
[2]	P – Obter de José a média de Cláudia em Literatura, Cláudia	Q – Matricular-se no próximo semestre, Cláudia

Nesse ponto, a obtenção da média converte-se numa meta instrumental para a matrícula. Nossa hipótese aqui é que essa meta instrumental S_7 funciona como premissa implicada para outra hipótese abduativa antifactual habilitadora prática heteroconciliável S_8 de nível mais baixo segundo a qual se Cláudia solicitar a José a sua média em Literatura, ela provavelmente obterá de José essa média e, como esperado, uma vez obtendo essa média, poderá matricular-se no próximo semestre do curso de Letras.

S_8 – Se Cláudia solicitar a José a média de Cláudia em Literatura, então Cláudia provavelmente obterá de José a média de Cláudia em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $(S_7 \leftarrow S_1) \rightarrow (S_8 \leftarrow S_7) \equiv$ abdução de hipótese antifactual habilitadora).

Observe-se na cadeia de inferências S_{7-8} que o tratamento da hipótese abduativa $(S_7 \leftarrow S_1)$ como premissa implicada em S_8 permitiu conceber a hipótese abduativa $(S_8 \leftarrow S_7)$ como conclusão implicada. Essa operação viabiliza encadear uma submeta operacional de nível mais baixo em direção à consecução de uma meta de nível mais alto e, desse modo, conceber planos de ação intencionais complexos e hierarquizados replicando a arquitetura de quatro estágios ao modo de tijolos de lego.

Uma versão desse encaixe sucessivo pode ser vista na figura 4 a seguir.

Figura 4: Segunda versão do plano de ação intencional de Cláudia. (Elaboração própria)

[1]		Q – Matricular-se no próximo semestre, Cláudia
[2]	P – Obter de José a média de Cláudia em Literatura, Cláudia	Q – Matricular-se no próximo semestre, Cláudia
[3]	O – Solicitar a José a média de Cláudia em Literatura, Cláudia	P – Obter de José a média de Cláudia em Literatura, Cláudia

Como a submeta S_8 de solicitar a média de Literatura só pode ser atingida colaborativamente, Cláudia precisa interagir com José, mobilizando submetas de nível informacional e comunicacional S_{9-10} que justificam a enunciação de sua pergunta S_{11} .

S_9 – Se Cláudia informar à José que Cláudia solicita a José a média de Cláudia em Literatura, então Cláudia provavelmente solicitará a José a média de Cláudia em Literatura (conclusão implicada por modus ponens $(S_8 \leftarrow S_7) \rightarrow (S_9 \leftarrow S_8) \equiv$ *abdução de hipótese antifactual habilitadora*);

S_{10} – Se Cláudia comunicar à José que Cláudia solicita a José a média de Cláudia em Literatura, então Cláudia provavelmente informará à José que Cláudia solicita a José a média de Cláudia em Literatura (conclusão implicada por modus ponens $(S_9 \leftarrow S_8) \rightarrow (S_{10} \leftarrow S_9) \equiv$ *abdução de hipótese antifactual habilitadora*);

S_{11} – Se Cláudia enunciar à José “Qual foi minha média?”, então Cláudia provavelmente comunicará à José que Cláudia solicita a José a média de Cláudia em Literatura (conclusão implicada por modus ponens $(S_{10} \leftarrow S_9) \rightarrow (S_{11} \leftarrow S_{10}) \equiv$ *abdução de hipótese antifactual habilitadora*).

Em outras palavras, se Cláudia pretende solicitar a média de Literatura S_8 , ela precisa informar seu professor de sua intenção S_9 , pois ele não pode colaborar com seu plano de ação intencional se não for informado disso. Todavia, como antecipamos na introdução, não há como José ser informado da intenção prática de Cláudia S_9 , se Cláudia não converter sua intenção de informar sua intenção prática numa intenção comunicativa S_{10} , ou seja, se ela não se propor a gerar estímulos ostensivos com os quais ela manifesta para José (e, *ipso facto*, para ela mesma), que ela torna manifesta a informação {I} de que deseja saber a média de Literatura. Por fim, e não menos importante, ela só tornará mutuamente manifesta essa informação {I} S_{10} mediante a enunciação dessa proposição. É precisamente essa cadeia de inferências que explica a emergência da solicitação:

Cláudia: “Qual foi minha média?”

Visto o plano de ação intencional de Cláudia em termos de um encadeamento factível de suposições S_{1-11} , estamos em condições de apresentá-lo numa formatação mais afeita à teoria de conciliação de metas, ou seja, em termos de sucessivas submetas *L-P* encaixadas em direção consecução da meta prática *Q* de nível mais alto de Cláudia.⁸

Figura 5: *Terceira versão do plano de ação intencional de Cláudia.* (Elaboração própria)

Q – Matricular-se no próximo semestre, Cláudia (<i>meta prática de nível mais alto</i>)
P – Obter de José a média a média de Cláudia em Literatura, Cláudia (<i>meta prática de nível intermediário</i>)
O – Solicitar a José a média a média de Cláudia em Literatura, Cláudia (<i>meta prática de nível mais baixo</i>)
N – Informar à José que Cláudia solicita a José a média de Cláudia em Literatura, Cláudia (<i>meta informacional</i>)
M – Comunicar à José que Cláudia solicita a José a média de Cláudia em Literatura, Cláudia (<i>meta comunicacional</i>)
L – Enunciar “Qual foi minha média?”, Cláudia (<i>ação antecedente</i>)

Uma vez explicada a emergência do enunciado de Cláudia, vale destacar que ela produz o seguinte conjunto de suposições enquanto expectativas de consecução de seu plano de ação intencional. Trata-se de implicaturas derivadas de sua ação no contexto de seu próprio plano

⁸ Nesta versão, apresentamos uma descrição de planos de ação intencional mais adequada para representar sucessivas submetas encaixadas. Nessa versão, uma submeta deve ser entendida como uma ação antecedente da meta de nível mais alto, de tal modo que a combinação da submeta com sua respectiva meta de nível mais alto configura a respectiva hipótese abduativa antifactual.

de ação que expressam a provável consecução das diversas submetas que lhe estão ao alcance. Em outras palavras, ao enunciar “Qual foi minha média?”, Cláudia não apenas provavelmente comunica e informa sua solicitação, mas também solicita a média. Além disso, a enunciação concorre para reforçar sua expectativa de obter a média e, em caso de aprovação, de matricular-se no próximo semestre.

S_{12} – Cláudia enuncia “Qual foi minha média?” (conclusão implicada por *modus ponens* $(S_{11} \leftarrow S_{10}) \rightarrow S_{12} \equiv$ execução da ação antecedente da hipótese abduktiva antifactual habilitadora heteroconciliável);

S_{13} – Cláudia provavelmente comunica a José que Cláudia solicita a José a média de Cláudia em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $S_{12} \rightarrow S_{13} \equiv$ provável heteroconciliação da meta comunicacional de Cláudia);

S_{14} – Cláudia provavelmente informa a José que Cláudia solicita a José a média de Cláudia em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $S_{13} \rightarrow S_{14} \equiv$ provável heteroconciliação da meta informacional de Cláudia);

S_{15} – Cláudia provavelmente solicita a José a média de Cláudia em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $S_{14} \rightarrow S_{15} \equiv$ provável heteroconciliação da meta prática de nível mais baixo de Cláudia);

S_{16} – Cláudia provavelmente obterá de José a média de Cláudia em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $S_{15} \rightarrow S_{16} \equiv$ provável heteroconciliação da meta prática de nível intermediário de Cláudia);

S_{17} – Cláudia provavelmente se matriculará no semestre seguinte (conclusão implicada por *modus ponens* $S_{16} \rightarrow S_{17} \equiv$ provável heteroconciliação da meta prática de nível mais alto de Cláudia).

Em termos da arquitetura descritivo-explanatória da teoria de conciliação de metas, a enunciação “Qual foi minha média?” de Cláudia produz os seguintes efeitos em seu próprio plano de ação intencional:

Figura 6: *Efeitos da ação de Cláudia em seu plano de ação intencional.* (Elaboração própria)

Q – Matricular-se no próximo semestre, Cláudia (<i>meta prática de nível mais alto</i>)
P – Obter de José a média a média de Cláudia em Literatura, Cláudia (<i>meta prática de nível mais alto</i>)
O – Solicitar a José a média a média de Cláudia em Literatura, Cláudia (<i>meta prática de nível mais baixo</i>)
N – Informar à José que Cláudia solicitar a José a média de Cláudia em Literatura, Cláudia (<i>meta informacional</i>)
M – Comunicar à José que Cláudia solicitar a José a média de Cláudia em Literatura, Cláudia (<i>meta comunicacional</i>)
L – Enunciar “Qual foi minha média?”, Cláudia (<i>ação antecedente</i>)
L – Cláudia enuncia “Qual foi minha média?” (execução do plano)
M’ – Cláudia provavelmente comunica à José que Cláudia solicita a José a média de Cláudia em Literatura (<i>meta comunicacional</i>)
N’ – Cláudia provavelmente informa à José que Cláudia solicita a José a média de Cláudia em Literatura (<i>meta informacional</i>)
O’ – Cláudia provavelmente solicita a José a média de Cláudia em Literatura (<i>meta prática de nível mais baixo</i>)
P’ – Cláudia provavelmente obterá de José a média de Cláudia em Literatura (<i>meta prática de nível intermediário</i>)
Q’ – Cláudia provavelmente se matriculará no próximo semestre, Cláudia (<i>meta prática de nível mais alto</i>)

Conhecido o plano de ação intencional de Cláudia e os efeitos cognitivos de sua ação neste plano, estamos em condições de tratar dos efeitos dessa ação em seu professor.

Efeitos cognitivos do enunciado Cláudia: o plano de ação intencional de José

A primeira tarefa cognitiva do professor de Literatura é a de interpretar o estímulo ostensivo de Cláudia. Para ver como isso ocorre, nós nos valeremos da arquitetura descritivo-explanatória da teoria da relevância de Sperber e Wilson (1986, 1995).

A teoria da relevância é uma abordagem pragmático-cognitiva organizada a partir do *princípio cognitivo de relevância*, segundo o qual a mente humana maximiza os insumos que processa, e do *princípio comunicativo de relevância*, segundo o qual enunciados produzem expectativas precisas de relevância ótima.

Os autores definem *relevância* como uma propriedade potencial dos insumos cognitivos. São relevantes os insumos cujos efeitos cognitivos positivos derivados de seus processamentos – modificações pertinentes no ambiente cognitivo dos indivíduos – fazem valer a pena os esforços cognitivos necessários para obtê-los. Isso acontece quando esses insumos fortalecem suposições cognitivas prévias; contradizem e, por vezes, eliminam suposições cognitivas prévias; ou produzem suposições cognitivas novas ao interagir com suposições cognitivas prévias. Em síntese, todas as condições sendo iguais, a relevância de um insumo cognitivo é maior na medida em que seus efeitos cognitivos positivos são maiores ou na medida em que os esforços de processamento necessários para obter esses efeitos cognitivos positivos forem menores.

Segundo o princípio comunicativo de relevância, estímulos ostensivos em geral e enunciados linguísticos em particular são presumidos como otimamente relevantes. Um enunciado é presumido como otimamente relevante quando (a) é pelo menos relevante o suficiente para merecer o esforço de processamento do ouvinte, e (b) é o estímulo ostensivo mais relevante possível conforme as habilidades e as preferências do falante.

Considerando essa presunção, os autores propõem uma heurística de compreensão orientada pela noção de relevância. Conforme essa heurística, instado a processar enunciados, o ouvinte deve seguir um caminho de esforço mínimo na computação de efeitos cognitivos (a) considerando interpretações em ordem de acessibilidade e (b) encerrando o processamento quando sua expectativa de relevância ótima é satisfeita.

Em outras palavras, como vimos argumentando, a presunção de relevância é uma abdução (figura 7). O mero ato de atender a um enunciado sugere sua relevância ótima, ou seja, o ouvinte assume *ex-ante-facto* a conclusão de que o processamento do enunciado vale a pena e, ato contínuo, aciona a heurística de compreensão como ação antecedente habilitadora em direção à conciliação dessa expectativa.

Figura 7: Heurística de interpretação enquanto plano de ação intencional. (Elaboração própria)

Abdução	[1]	Relevância ótima
	Dedução [2]	Heurística de compreensão orientada pela Relevância Relevância ótima
	[3]	Heurística de compreensão orientada pela Relevância
	[4]	Relevância ótima

Assim, tendo ouvido a pergunta “Qual foi minha média?” de Cláudia – um estímulo comunicacional ostensivo – José o presumirá como relevante e, ato contínuo, acionará a heurística de compreensão orientada pela Relevância. Ele seguirá uma rota de esforço mínimo, (a) encaixando a formulação linguística do enunciado de Cláudia numa forma lógica, (b) enriquecendo inferencialmente os estímulos linguísticos para obter significados explícitos (explicatura), sempre que necessário, e (c) mobilizando o significado explícito do enunciado como premissa implicada para gerar conclusões implicadas (implicaturas), sempre que pertinente.

Para Sperber e Wilson (1995, p. 72), uma forma lógica é “uma fórmula bem-formada, um conjunto estruturado de constituintes que sofrem operações lógicas formais determinadas por sua estrutura”. Cada um dos constituintes de uma forma lógica pode ser acessado por entradas lógicas, enciclopédicas e lexicais. Compreender enunciados equivale a atribuir entradas enciclopédicas a cada uma das entradas lógicas até que se obtenha (ou se desista de obter) uma interpretação ou um conjunto muito restrito de interpretações que satisfaça a expectativa de relevância ótima. Nesse processo dinâmico, que é sujeito a retroalimentações e revisões e que inclui metarrepresentações dos atos de fala envolvidos, os estímulos linguísticos funcionam como pistas a serem enriquecidas pragmaticamente, por meio das quais o indivíduo busca construir uma forma lógica plenamente proposicional capaz de receber um valor de verdade. Em teoria da relevância, chama-se *explicatura* o desenvolvimento de formas lógicas nestes termos.

Sem prejuízo a outras possibilidades de narrar a interpretação de José, é razoável admitir que ao processar o pronome interrogativo ‘Qual’ ele tanto antecipe a forma lógica da proposição do enunciado de Cláudia, segundo a qual “algo é o caso”, quanto o ato de fala, segundo o qual esse “algo que é o caso” é “aquilo que Cláudia deseja saber”.

Essas expectativas são mantidas com o processamento do item lexical ‘foi’, por hipótese interpretado antes como pretérito perfeito do verbo ‘ser’ do que pretérito perfeito do verbo ‘ir’. Assim, o enunciado equivaleria a uma formulação copulativa de aspecto perfectivo: “algo foi o caso” e esse “algo” é “aquilo que Cláudia deseja saber”.

A sequência lexical ‘minha média’ apresenta o objeto de desejo da estudante. A entrada lexical ‘minha’ sugere que Cláudia quer saber algo que lhe pertence. A entrada lexical ‘média’, por sua vez, demanda por enriquecimento. É razoável admitir que José tem de acionar suposições contextuais sobre sua atuação profissional, entre as quais que ele deve gerar médias das notas de seus alunos no final de semestres, de que ele foi professor da disciplina de Literatura, de que Cláudia foi sua aluna nessa disciplina, e assim por diante.

A figura 8, a seguir, resume essas operações cognitivas.

Figura 8: *Processamento do Enunciado de Cláudia.* (Elaboração própria)

Forma Linguística	Qual	foi	a minha média?
	↑	↑	↑
Forma Lógica	Algo	ser	algo
	↓	↓	↓
Explicatura	CLÁUDIA DESEJA SABER	-QU	FOI A MÉDIA DE CLÁUDIA EM LITERATURA NO SEMESTRE PASSADO

Assim, uma interpretação que combina os estímulos linguísticos do enunciado de Cláudia com suposições contextuais, projeta um ato de fala compatível e satisfaz a expectativa de relevância ótima de José, sugere que “aquilo que Cláudia deseja saber é o valor da média de Cláudia na disciplina de Literatura no semestre passado”:

S_1 – Cláudia deseja saber qual foi a média de Cláudia em Literatura (premissa implicada derivada da explicatura do enunciado de Cláudia, incluindo o respectivo ato de fala).

Assumido essa interpretação, a cognição de José provavelmente se dirigiria a questões em torno da pertinência de atender ao pedido de informação. Admitindo que nada obsta e que José se dispõe a colaborar com o plano de ação intencional de Cláudia, atender à solicitação de informação S_2 passaria a configurar a meta Q de nível mais alto de seu próprio plano de ação intencional.

S_2 – José pretende atender à solicitação de informação do valor da média de Cláudia na disciplina de Literatura do semestre passado (conclusão implicada por *modus ponens* $S_1 \rightarrow S_2 \equiv$ emergência da meta Q de José);

É justamente aqui que as teorias de relevância e de conciliação de metas se distinguem, uma vez que, do ponto de vista prático, saber o que uma pessoa deseja não implica atendê-la. Do ponto de vista de Cláudia, o que interessa é a obtenção da média, e isso só se concretiza se José se dispôr a colaborar com esse plano S_2 a partir da interpretação de seu pedido S_1 . É precisamente por isso que a disposição à colaboração encabeça o plano de ação intencional de José.

Admitindo essa predisposição à colaboração e, para efeitos de simplificação, que José sabe que a média de Cláudia é em Literatura “8,0” S_3 ⁹, cabe a José mobilizar submetas de nível informacional e comunicacional S_{4-5} que justificam a enunciação de sua resposta S_6 .

S_2 – A média de Cláudia em Literatura foi 8,0 (premissa implicada da memória enciclopédica de José);

S_4 – Se José informar à Cláudia que Cláudia obteve média 8,0 em Literatura, então José provavelmente atenderá à solicitação de informação de média de Cláudia em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $S_3 \rightarrow (S_4 \leftarrow S_3) \equiv$ abdução de hipótese antifactual habilitadora);

S_5 – Se José comunicar à Cláudia que Cláudia obteve média 8,0 em Literatura, então José provavelmente informará à Cláudia que Cláudia obteve média 8,0 em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $(S_4 \leftarrow S_3) \rightarrow (S_5 \leftarrow S_4) \equiv$ abdução de hipótese antifactual habilitadora);

S_6 – Se José enunciar “8”, então José provavelmente comunicará à Cláudia que Cláudia obteve média 8,0 em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $(S_5 \leftarrow S_4) \rightarrow (S_6 \leftarrow S_5) \equiv$ abdução de hipótese antifactual habilitadora).

⁹ Nesse ponto, reiteramos que a quantidade de metas e submetas que compõem uma descrição de planos de ação intencional é em alguma medida arbitrária. Observe que não destacamos como Cláudia entrou em contato com José (interação oral ou escrita, síncrona ou assíncrona, etc.) e, agora, não destacamos como José sabe essa média. Um plano de atendimento à solicitação da estudante seria bem mais complexo se expuséssemos os passos necessários para o professor verificar essa média: consultar o sistema acadêmico, ligar computador, acessar sistema, abrir diário, encontrar a média de Cláudia no diário, observar a lista de alunos em ordem alfabética, focar a fôvea dos olhos em cada nome da lista até encontrar Cláudia, e assim por diante. Argumentamos que as descrições devem ser sensíveis à relevância dos passos a despeito de certas simplificações e omissões.

Conhecido o plano de ação intencional de José em termos de um encadeamento factível de suposições S_{1-6} , estamos em condições de apresentá-lo em termos de sucessivas submetas encaixadas em direção à consecução da meta prática Q de nível mais alto de atender à solicitação de Cláudia.

Figura 6: Plano de ação intencional de José. (Elaboração própria)

Q – Atender à solicitação de informação de média de Cláudia em Literatura, José (meta prática)
P – Informar à Cláudia que Cláudia obteve média 8 em Literatura, José (meta informacional)
O – Comunicar à Cláudia que Cláudia obteve média 8 em Literatura, José (meta comunicacional)
N – Enunciar “8”, José (execução do plano)

É esse plano de ação intencional que explica a emergência da resposta de José:

José: “8”

A produção desse enunciado, por sua vez, produz em José o seguinte conjunto de suposições enquanto expectativas de consecução:

- S_7 – José enuncia “8” (conclusão implicada por *modus ponens* $(S_6 \leftarrow S_5) \rightarrow S_7$, \equiv execução da ação antecedente da hipótese abductiva antifactual habilitadora heteroconciliável);
- S_8 – José provavelmente comunica à Cláudia que Cláudia obteve média 8 em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $S_7 \rightarrow S_8 \equiv$ provável heteroconciliação da meta comunicacional de José);
- S_9 – José provavelmente informa à Cláudia que Cláudia obteve média 8 em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $S_8 \rightarrow S_9 \equiv$ provável heteroconciliação da meta informacional de José);
- S_{10} – José provavelmente atende à solicitação de informação de média de Cláudia em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $S_9 \rightarrow S_{10} \equiv$ provável heteroconciliação meta prática de José).

Em termos de teoria de conciliação de metas, a enunciação “8” de José produz o seguinte efeito em seu próprio plano de ação intencional:

Figura 7: Efeitos da reação de José em seu plano de ação intencional. (Elaboração própria)

Q – Atender à solicitação de informação de média de Cláudia em Literatura, José (meta prática)
P – Informar à Cláudia que Cláudia obteve média 8 em Literatura, José (meta informacional)
O – Comunicar à Cláudia que Cláudia obteve média 8 em Literatura, José (meta comunicacional)
N – Enunciar “8”, José (execução do plano)
N – José enuncia “8” (execução do plano)
O’ – José provavelmente comunica à Cláudia que Cláudia obteve média 8 em Literatura (meta comunicacional)
P’ – José provavelmente informa à Cláudia que Cláudia obteve média 8 em Literatura (meta informacional)
Q’ – José provavelmente atende à solicitação de informação de média de Cláudia em Literatura (meta prática)

Efeito da resposta de José no plano de ação intencional de Cláudia

Conhecido o plano de ação intencional de José e os efeitos de sua ação neste plano, podemos observar os efeitos cognitivos dessa ação no plano de ação intencional de Cláudia. Como esperado, ela encaixa o enunciado de José numa forma lógica e, no contexto dessa forma lógica, produz a explicatura pertinente.

Figura 8: *Processamento do enunciado de José.* (Elaboração própria)

Forma Linguística	∅	∅	8
	↑	↑	↑
Forma Lógica	Algo	ser	Algo
	↓	↓	↓
Explicatura	JOSÉ AFIRMA QUE A MÉDIA DE CLÁUDIA EM LITERATURA NO SEMESTRE PASSADO		FOI OITO PONTOS

Encaixando a explicatura acima numa descrição de nível mais alto que leva em consideração o ato de fala de José, é razoável conjecturar que Cláudia assume que o enunciado “8” de José é uma resposta à sua solicitação. Admitindo essa interpretação, a explicatura do enunciado de José S_{16} produz efeitos cognitivos positivos em seu plano de ação intencional. Um primeiro efeito tem a ver com confirmações de expectativas de heteroconciliação das submetas comunicacional M , informacional N e práticas $O-Q$. De fato, na medida em que José fornece a média, ela passa a ter certeza de que comunicou e informou sua solicitação S_{13-14} e, não menos importante, solicitou e obteve a média em Literatura S_{15-16} .

S_{18} – José afirma que a média de Cláudia em Literatura foi 8 pontos (premissa implicada da explicatura do enunciado de Cláudia);

S_{13} – Cláudia comunica a José que Cláudia pretende saber de José qual foi a média de Cláudia em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $S_{18} \rightarrow S_{13}$ / fortalecimento de $S_{13} \equiv$ heteroconciliação da meta comunicacional de Cláudia);

S_{14} – Cláudia informa a José que Cláudia pretende saber de José qual foi a média de Cláudia em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $S_{13} \rightarrow S_{14}$ / fortalecimento de $S_{14} \equiv$ heteroconciliação da meta informacional de Cláudia);

S_{15} – Cláudia solicita a José a média de Cláudia em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $S_{14} \rightarrow S_{15} \equiv$ heteroconciliação da meta prática de nível mais baixo de Cláudia);

S_{16} – Cláudia obtém de José a média de Cláudia em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $S_{15} \rightarrow S_{16}$ / fortalecimento de $S_{16} \equiv$ heteroconciliação da meta prática de nível intermediário de Cláudia).

Resta, por fim, analisar a resposta de José em termos de heteroconciliação da meta Q de nível mais alto, ou seja, verificar o efeito dessa informação na meta de matricular-se no semestre seguinte. Como podemos ver a seguir, a resposta S_{18} de José – no contexto da suposição S_4 de que a média de aprovação deve ser igual ou maior do que 7 pontos e da suposição S_{19} de que 8 pontos é maior do que os 7 pontos mínimos para a aprovação na disciplina – permite a Cláudia

inferir que ela passou em Literatura S_{18} e, com mais um passo inferencial, que ela S_{19} poderá matricular-se – heteroconciliação de sua meta Q .

- S_{18} – José afirma que a média de Cláudia em Literatura foi 8 pontos (premissa implicada da explicatura do enunciado de Cláudia);
- S_4 – A média de aprovação em Literatura deve ser igual ou maior do que 7 pontos (premissa implicada da memória enciclopédica);
- S_{19} – 8 pontos é maior do que 7 pontos (premissa implicada da memória enciclopédica);
- S_{20} – Cláudia foi aprovada em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens conjuntivo* $S_{18} \wedge S_4 \wedge S_{19} \rightarrow S_{20}$);
- S_{17} – Cláudia poderá se matricular no semestre seguinte (conclusão implicada por *modus ponens conjuntivo* $S_{20} \rightarrow S_{17}$ /fortalecimento de $S_{17} \equiv$ heteroconciliação meta prática de nível mais alto de Cláudia).

Vejamos esses efeitos em termos mais próprios da teoria de conciliação de metas:

Figura 9: Efeito da resposta de José no plano de ação intencional de Cláudia. (Elaboração própria)

Q – Matricular-se no próximo semestre, Cláudia (<i>meta prática de nível mais alto</i>)
P – Obter de José a média de Cláudia em Literatura, Cláudia (<i>meta prática de nível intermediário</i>)
O – Solicitar a José a média de Cláudia em Literatura, Cláudia (<i>meta prática de nível mais baixo</i>)
N – Informar à José que Cláudia solicitou a José a média de Cláudia em Literatura, Cláudia (<i>meta informacional</i>)
M – Comunicar à José que Cláudia solicitou a José a média de Cláudia em Literatura, Cláudia (<i>meta comunicacional</i>)
L – Enunciar “Qual foi minha média?”, Cláudia (<i>ação antecedente</i>)
L – Cláudia enuncia “Qual foi minha média?” (execução do plano)
M’ – Cláudia comunica à José que Cláudia solicita a José a média de Cláudia em Literatura (<i>meta comunicacional</i>)
N’ – Cláudia informa à José que Cláudia solicita a José a média de Cláudia em Literatura (<i>meta informacional</i>)
O’ – Cláudia solicita a José a média de Cláudia em Literatura (<i>meta prática de nível mais baixo</i>)
P’ – Cláudia obtém de José a média de Cláudia em Literatura (<i>meta prática de nível intermediário</i>)
Q’ – Cláudia poderá se matricular no próximo semestre, Cláudia (<i>meta prática de nível mais alto</i>)

Efeitos do comportamento de Cláudia no plano de ação intencional de José

Arbitrando que Cláudia compreendeu a informação de José, podemos projetar os efeitos cognitivos desse comportamento em seu plano de ação intencional. Por hipótese, ele assumirá ter havido uma heteroconciliação de suas submetas *O-P* de comunicar e de informar a média e, assim, de sua meta Q de atender à solicitação de informação.

S_{11} – Cláudia produz as inferências adequadas (premissa implicada da reação de Cláudia);

S_8 – José comunica à Cláudia que Cláudia obteve média 8 em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $S_{11} \rightarrow S_8$ /fortalecimento de $S_8 \equiv$ *heteroconciliação da meta comunicacional de José*);

S_9 – José informa à Cláudia que Cláudia obteve média 8 em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $S_{11} \rightarrow S_9$ /fortalecimento de $S_9 \equiv$ *heteroconciliação da meta informacional de José*);

S_{10} – José atende à solicitação de informação de média de Cláudia em Literatura (conclusão implicada por *modus ponens* $S_{11} \rightarrow S_{10}$ /fortalecimento de $S_{10} \equiv$ *heteroconciliação meta prática de nível mais alto de José*)

Vejamos esses efeitos em termos mais próprios da teoria de conciliação de metas:

Figura 10: *Efeito da reação de Cláudia no plano de ação intencional de José.* (Elaboração própria)

Q – Atender à solicitação de informação de média de Cláudia em Literatura, José (meta prática)

P – Informar à Cláudia que Cláudia obteve média 8 em Literatura, José (meta informacional)

O – Comunicar à Cláudia que Cláudia obteve média 8 em Literatura, José (meta comunicacional)

N – Enunciar “8”, José (execução do plano)

N – José enuncia “8” (execução do plano)

O comportamento de Cláudia sugere que ela compreendeu a informação

O’ – José comunica à Cláudia que Cláudia obteve média 8 em Literatura (meta comunicacional)

P’ – José informa à Cláudia que Cláudia obteve média 8 em Literatura (meta informacional)

Q’ – José atende à solicitação de informação de média de Cláudia em Literatura (meta prática)

Conclusão

Nesse artigo, nós nos propusemos a tratar um pedido de informação a partir de uma perspectiva pragmático-cognitiva que considera a proatividade dos interagentes em primeiro plano, mobilizando simultaneamente as arquiteturas descritivo-explanatórias da teoria de conciliação de metas de Rauen (2014) e da teoria da relevância de Sperber e Wilson (1986, 1995). No caso em pauta, Cláudia não sabia sua média de Literatura e dependia dessa informação para matricular-se no semestre seguinte do curso de Letras. Dado o professor da disciplina provavelmente tinha essa informação, ela abduz a hipótese habilitadora antifactual heteroconciliável de solicitá-la. José, por sua vez, colabora com a consecução de seu plano de ação intencional, afirmando que ela obteve 8 pontos. Com essa informação, Cláudia infere que ela foi aprovada na disciplina e, conseqüentemente, que ela pode matricular-se no semestre seguinte. Do ponto de vista de Cláudia, essa troca comunicacional configura uma heteroconciliação ativa de seu plano de ação intencional.

Figura 11: Heteroconciliação do plano de ação intencional de Cláudia. (Elaboração própria)

[1]	Q – Matricular-se no próximo semestre, Cláudia
[2]	P – Obter de José a média de Cláudia em Literatura, Cláudia
[...]	
	José fornece a média de Cláudia em Literatura
[...]	
[3]	P' – Cláudia obtém de José a média de Cláudia em Literatura
[4]	Q' – Matricular-se no próximo semestre, Cláudia

A ilustração sugere que a arquitetura abduativo-dedutiva em quatro estágios da teoria de conciliação de metas sucessivamente encaixadas em cadeias de metas e submetas, levando em conta aspectos conceptuais tratados em teoria da relevância, foi capaz de descrever e explicar a troca comunicacional em pauta considerando as motivações dos interagentes e, desse modo, superando uma perspectiva meramente reativa focada exclusivamente à interpretação.

Para dar conta desse objetivo, promovemos avanços descritivos ao inserir a emergência de hipóteses abduativas antefactuais habilitadoras no fluxo de cadeias dedutivas de suposições que corresponde ao processamento ordinário e não trivial de informações tais como trabalhados em teoria da relevância. Vimos neste estudo que é possível tratar metas futuras como premissas em formulações condicionais cujo conseqüente pode ser uma hipótese abduativa *ex-ante-facto*.

Assim, dada a meta Q de matricular-se no semestre seguinte do curso de Letras como antecedente do condicional, Cláudia abduz como conseqüente do condicional a hipótese abduativa antefactual habilitadora de que a obtenção da informação da média P é uma ação capaz de viabilizar a consecução dessa meta, configurando o seu plano de ação intencional ($P \leftarrow Q$).

Essa operação lógica ($Q \rightarrow (P \leftarrow Q)$) viabiliza duas conseqüências não triviais para o tratamento de trocas comunicacionais no contexto de planos de ação intencional. Em primeiro lugar, podemos considerar a ação antecedente P de obter a média simultaneamente como conclusão do raciocínio abduativo ($Q; P \leftarrow Q; P$) e como afirmação do antecedente (ou premissa menor) de um raciocínio dedutivo no qual a hipótese abduativa antefactual é tomada como premissa maior a despeito de seu caráter ampliativo e a viabilização da matrícula no próximo semestre (Q') é tomada como conclusão implicada por *modus ponens* ($P \leftarrow Q; P; Q'$).

Na figura 12, a seguir, podemos ver a sucessão de passos lógicos na coluna da esquerda e a emergência do plano de ação intencional na coluna da direita.

Figura 12: Passos lógicos do plano de ação intencional de Cláudia. (Elaboração própria)

Passos Lógicos			Plano de Ação Intencional		
Abdução	(1)	Q	Abdução	[1]	Q
	(2)	$Q \rightarrow (P \leftarrow Q)$		Dedução	[2]
Dedução	(3)	$P \leftarrow Q$	[3]		P
	(4)	P	[4]		Q'
	(5)	Q'			

Em segundo lugar, podemos converter planos de ação intencional em sequências de suposições e vice-versa, de tal modo que aspectos proativos relacionados ao proponente das trocas comunicacionais deixem de ser tratados como meramente presumidos nas análises de trocas comunicacionais, mas passem a constituir objeto de investigação com estatuto próprio. Essa operação não apenas reintegra o falante nas descrições e explicações, mas faz isso no contexto dinâmico e complexo de consecução colaborativa de metas práticas.

Referências

RAUEN, F. J. For a goal conciliation theory: ante-factual abductive hypotheses and proactive modelling. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, 2014, p. 595-615.

RAUEN, F. J. Intention and Goal-Conciliation. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 27-43, maio/ago. 2020. DOI: 10.19177/memorare.v7e2202027-43. Acesso em: 13 out. 2020.

RAUEN, F. J. Por uma modelação abdução-dedutiva de interações comunicativas. In: TENUTA, A. M.; COELHO, S. M. (Org.). **Uma abordagem cognitiva da linguagem [livro eletrônico]:** perspectivas teóricas e descritivas. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018. p. 13-29.

SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance: Communication & Cognition**. 2nd. ed. Oxford: Blackwell, 1995. (1st. ed. 1986).